



# PASA Paraná Operações Portuárias S.A.

CNPJ: 02.725.300/0001-63

## Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro (em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	4.506	10.136
Contas a receber (Nota 5)	1.438	1.603
Estoques	744	903
Impostos a recuperar	337	784
Despesas antecipadas	427	354
Outros créditos (Nota 6)	1.226	1.640
	<b>8.678</b>	<b>15.420</b>
<b>Não circulante</b>		
Depósito judicial (Nota 7)	5.993	5.464
Intangível	500	606
Imobilizado (Nota 8)	143.472	145.099
	<b>149.965</b>	<b>151.169</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>158.643</b>	<b>166.589</b>

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	1.185	1.980
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	10.023	19.498
Obrigações sociais	2.945	2.633
Impostos a recolher	585	2.926
Dividendos propostos (Nota 14 d)	3.205	6.065
Adiantamento de clientes (Nota 10)	4.303	5.599
Outros passivos (Nota 11)	848	312
	<b>23.224</b>	<b>39.013</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	16.070	25.467
Impostos diferidos (Nota 18 (a))	2.063	1.681
Outros passivos (Nota 11)	5.849	5.346
	<b>23.982</b>	<b>32.494</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b>		
Capital social	55.097	55.097
Reserva de lucros	56.340	39.985
Total do patrimônio líquido	111.437	95.082
Total do passivo e patrimônio líquido	158.643	166.589

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>55.097</b>	<b>2.234</b>	<b>15.153</b>	<b>25.538</b>	<b>72.484</b>
Reversão de dividendos			3.125	3.125	3.125
Lucro líquido				25.538	25.538
Destinações:					
Reserva legal (Nota 14 (c))		1.276		(1.276)	
Dividendos propostos (Nota 14 (d))				(6.065)	(6.065)
Reserva de retenção de lucros (Nota 14 (b))			18.197	(18.197)	
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>55.097</b>	<b>3.510</b>	<b>36.475</b>	<b>6.065</b>	<b>95.082</b>
Reversão de dividendos (Nota 14 (d))			6.065		6.065
Lucro líquido				13.496	13.496
Destinações:					
Reserva legal		676		(676)	
Dividendos propostos (Nota 14 (d))				(3.207)	(3.207)
Reserva de retenção de lucros			9.613	(9.613)	
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>55.097</b>	<b>4.186</b>	<b>46.088</b>	<b>105.371</b>	<b>210.742</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Informações gerais:** PASA – Paraná Operações Portuárias S.A. (“Companhia”) foi constituída em 18 de julho de 1998, sob forma de sociedade por ações de capital fechado, com o objeto social de explorar a prestação de serviços de terminal portuário localizado em Paranaguá no estado do Paraná, fazendo a recepção, pesagem, transbordo, armazenagem, carregamentos de navios e demais serviços portuários inerentes à esta prestação de serviço, incluindo documental perante os órgãos da Receita Federal, Estadual, Fiscalização Aduaneira e Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), empresa pública responsável pela administração da área do Porto organizado de Paranaguá-PR. As atividades operacionais foram iniciadas em abril de 2002, e a Companhia opera sob o regime de arrendamento público conforme contrato N° 013/99 junto a UNIAO. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2018. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PME (R1). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Operações e saldos.** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.5 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. Os estoques são demonstrados ao custo, o qual é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado”. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanceamento. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.6 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Administração inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil dos outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Edificações - 25 anos. • Máquinas - de 5 a 20 anos • Veículos - 5 anos. • Instalações - 10 a 15 anos. • Móveis e utensílios - 10 anos. • Equipamento de informática - 5 anos. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas” na demonstração do resultado. **2.6 Ativos intangíveis. (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças (incluindo licenças de *software*) são demonstradas pelo custo histórico menos amortização acumulada. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos. **2.8 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **2.9 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor considerado necessário para liquidar a obrigação. **2.11 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.12 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, cancelamentos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando da emissão da nota fiscal que é emitida após o aceite do cliente pela prestação de serviço executada. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **3.1 Vida útil do imobilizado:** O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. Na opinião da administração da Companhia, a vida útil do imobilizado está corretamente avaliada e apresentada adequadamente nas demonstrações financeiras. **3.2 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Caixa	7	75
Depósitos bancários em conta corrente	703	8.474
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	3.796	1.587
	<b>4.506</b>	<b>10.136</b>

As aplicações de caixa e equivalentes de caixa possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança no valor justo caso seja requerido resgate antecipado. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos de instituições financeiras, comumente denominados Certificado de Depósito Bancário (CDB), indexados à taxa de depósito interbancário (DI).

	2017	2016
<b>5 Contas a receber de clientes</b>		
Contas a receber – no País	1.438	1.144
Contas a receber - no exterior		432
Outros clientes		27
	<b>1.438</b>	<b>1.603</b>
Vencidos	115	8
A vencer até 30 dias	95	439
A vencer de 30 a 60 dias	1.228	1.156
	<b>1.438</b>	<b>1.603</b>

	2017	2016
<b>6 Outros créditos</b>		
Adiantamento a fornecedores	32	495
Programa de participação nos resultados	480	481
Adiantamento a empregados	47	79
Adiantamento de taxas, custas e honorários árbitros	141	141
Adiantamento para despesas de embarque	124	255
Outros valores a receber	402	189
	<b>1.226</b>	<b>1.640</b>

	2017	2016
<b>7 Depósitos judiciais</b>		
Fundaf à recuperar (i)	3.237	3.027
Taxas de embanque depósito judicial (i)	2.612	2.319
Taxas de adiantamento de custas e honorários árbitros (i)	6	6
ICMS s/ TUSD - Dep. judicial COPEL (i)	33	34
Adiantamento de Ações Trabalhistas	105	78
	<b>5.993</b>	<b>5.464</b>

(i) Os saldos em escopo referem-se as taxas e impostos pagos em juízo pois a Administração está reclamando e discutindo judicialmente a legalidade dessas cobranças.

	Terrenos	Edificações	Veículos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado em andamento	Total	Total
<b>8 Imobilizado</b>											
Custo											
Saldo no início do exercício	32.113	92.075	96	9.566	60.417	557	3.784	384	1.285	200.277	195.262
Adições		3.181	43	24	453	173	85		2.123	6.082	6.726
Baixas			(33)			(11)		(384)		(428)	(1.711)
Transferência		1.096		384	481				(1.961)	-	-
Saldo no final do exercício	32.113	96.352	106	9.974	61.351	719	3.869		1.447	205.931	200.277
Depreciação acumulada											
Saldo no início do exercício		(20.691)	(42)	(2.612)	(29.845)	(288)	(1.398)	(302)		(55.178)	(47.841)
Depreciação anual		(3.759)	6	(603)	(2.699)	(53)	(475)	302		(7.281)	(7.337)
Saldo no final do exercício		(24.450)	(36)	(3.215)	(32.544)	(341)	(1.873)			(62.459)	(55.178)
Valor contábil											
Saldo no início do exercício	32.113	71.384	54	6.954	30.572	269	2.386	82	1.285	145.099	147.421
Saldo no final do exercício	32.113	71.902	70	6.759	28.807	378	1.996		1.447	143.472	145.099
Taxa média de depreciação		4	20	4	10	10	20				

Durante o exercício de 2013 a Administração da Companhia contratou empresa especializada para determinação da vida útil econômica remanescente de seus imobilizados, que emite laudo técnico base para os registros contábeis com novas taxas de depreciação com efeitos a partir do exercício de 2013. O referido estudo vem sendo atualizado periodicamente, e, em 2017 a Administração não identificou a necessidade de ajustes adicionais na vida útil adotada atualmente. A Administração da Companhia não identificou evidências quanto à necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“impairment”).

	2017	2016	Tipo	Juros
<b>9 Empréstimos e financiamentos</b>				
Banco Bradesco (i)		3	Finame	3% a.a
Banco Industrial (i)		2.264	NCE	4,53% + 100% CDI
Banco Itaú Unibanco - BNDES	25.367	34.622	Finem	2,4% a 3,5% + TJP P
Banco Itaú Unibanco - NCE (i)		3.787	NCE	2,43% + 100% CDI
Banco Rabobank International (i)		3.314	Giro	5% + Variação cambial
Banco Volvo S.A.	168	268	Finame	4,5% a.a
Caterpillar Financial S.A.	558	707	Finame	4,5% a.a
	<b>26.093</b>	<b>44.965</b>		
Circulante	10.023	19.498		
Não circulante	16.070	25.467		

	1º de janeiro de 2017	Liberações	Juros incorridos	Variação cambial	Pagamento de principal e juros de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2017
Empréstimos	44.965	-	3.236	(152)	(21.955)	26.094

Na contratação dos financiamentos das máquinas e equipamentos (Finame), como garantias, além de avais, foram oferecidos os próprios bens financiados.

(i) Os contratos em escopo referem-se a operações liquidadas no exercício 2017.

	2017	2016
<b>10 Adiantamento de clientes</b>		
Adiantamentos de clientes - no País	454	3.310
Adiantamentos de clientes - no exterior	3.846	2.144
Outros clientes	133	145
	<b>4.433</b>	<b>5.599</b>

Os adiantamentos dizem respeito a embarques que estão na iminência de ocorrerem. A política da empresa é somente de executar o serviço de embarque das operações que já estão pagas antecipadamente. Devido a isso, assim que a programação de embarque é definida perante a autoridade Portuária os clientes já efetuam os pagamentos visando assegurar a atracação do navio. Os adiantamentos não permanecem mais do que 30 (trinta) dias até a respectiva baixa após o embarque.

	2017	2016
<b>11 Outros passivos</b>		
Seguros a pagar	20	3
Serviços de terceiros a pagar	1	
Convênio Farmácia a Descontar	6	
Despesas de embarque provisionadas	821	309
FUNDAF a Recolher	3.237	3.027
Taxas de Embarque Depósito Judicial	2.612	2.319
	<b>6.696</b>	<b>5.658</b>
Circulante	848	312
Não circulante	5.848	5.346

(i) Conforme mencionado na Nota 7, os valores relativos a “Fundaf” e “Taxa de embarque” estão sendo discutidos judicialmente.

	2017	2016
<b>12 Partes relacionadas</b>		
<b>Partes relacionadas Ativo circulante</b>		
<b>Contas a receber</b>		
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda	1.144	1.115
Cooperval Coop. Agroind. Vale do Ivaí S/A	21	
Coopcana Coop Agric Reg Prod Cana Ltda	64	29
	<b>1.229</b>	<b>1.144</b>

	2017	2016
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Adiantamento de clientes</b>		
Cooperval Coop. Agroind. Vale do Ivaí Ltda		
Costa Bioenergia Ltda.	106	6
Renuka Vale do Ivaí S/A	48	83
Usina de Açúcar e Alcool Goioerê Ltda.	63	236
	<b>217</b>	<b>325</b>

	2017	2016
<b>Recéitas</b>		
Alcool do Paraná Terminal Portuário S.a.	34	
Coopcana Coop Agric Reg Prod Cana Ltda	480	527
Cooperval Coop. Agroind. Vale do Ivaí Lt	220	269
Costa Bioenergia Ltda	218	346
CPA Armazéns Gerais Ltda	718	4
Renuka Vale do Ivaí S.A	59	85
Usina de Açúcar e Alcool Goioerê Ltda	648	154
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda	5.330	5.710
	<b>7.707</b>	<b>7.095</b>

**Remuneração da administração:** A remuneração da administração no exercício de 2017 totalizou R\$ 517 (R\$ 467 em 2016). **13 Provisão para contingências:** A Companhia é parte integrante de processos judiciais como autora e ré. Em 31 de dezembro de 2017 as ações judiciais em que a Companhia é ré, foram avaliadas pelos seus assessores jurídicos